

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC

Reunião Nacional Ampliada
26, 27 e 28 de setembro de 2017
Brasília-DF

Relatório Final

•Introdução

A Reunião Nacional Ampliada – Coordenação colegiada do FONEC e representantes estaduais e DF do Movimento Nacional de Educação do Campo – ocorreu no CESIR/CONTAG – Brasília, nos dias 26 a 28 de Setembro de 2017. Tinha como objetivo mobilizador básico uma rigorosa análise coletiva da situação concernente à Educação do Campo no Brasil em geral e em cada um dos estados, com vistas a se traçarem perspectivas de ação nos momentos subsequentes.

O eixo metodológico orientador da dinâmica de trabalho, seguiu o tripé “Campo – Política Pública – Educação”, que, ademais, tem orientado estudos e lutas sociais da Educação do Campo, em especial, quando concernentes ao FONEC.

Assim, no primeiro momento da reunião, para se estabelecer os parâmetros gerais, fez-se a “Análise da Conjuntura Agrária”, que contou com aporte especializado de Uelton Fernandes (Mineiro) e dos debatedores Alexandre Conceição (MST) e Carlos A. Couto Silva (CONTAG). E fez-se também a “Análise da Conjuntura Educacional e Educação do Campo”, que contou com aporte, também especializado, de Miguel G. Arroyo e Mônica Molina.

No segundo momento, o foco foi direcionado aos estados e regiões do país, buscando-se estabelecer uma percepção acerca da atuação e organização do FONEC no território brasileiro, evidenciando fragilidades e potencialidades. Como ponto de partida e referência para essa análise, foi organizado um painel com a apresentação das experiências que vêm ocorrendo em alguns estados (PR, PA, ES e PE), que trouxeram informações sobre aspectos de sua organização, forma de atuação, ações principais no período recente e projeção de suas práticas. A partir daí, os demais estados expunham suas situações.

Ainda nesse segundo momento e compondo esse quadro de referência, foi trazido à plenária a experiência do Maranhão com a chamada “Jornada de Alfabetização”, embasada no método “sim, eu posso” e Círculos de Cultura.

E o terceiro momento foi dedicado a se traçar as linhas de ação para o período seguinte, considerando-se os âmbitos locais (estados e regiões) e nacional.

Por fim, ainda que brevemente, convém fazer referência neste relatório a dois outros eventos que ocorriam em Brasília, com os quais essa “Reunião Nacional Ampliada” se conectou, fazendo jus à natureza e ao papel político do FONEC.

O primeiro evento, fazia parte orgânica do programa da “Reunião”. Assim, prevista como atividade final, ocorreu a “*Audiência Pública sobre as Políticas Públicas de Educação do Campo – situação atual e perspectivas*”, na Câmara dos Deputados, e organizada pela Frente Parlamentar de Educação do Campo do Congresso Nacional. A atuação dos representantes do FONEC nessa sessão concentrou-se basicamente em dois focos. De um lado, a denúncia acerca do desmonte criminoso que vem ocorrendo por parte do atual Governo das políticas públicas conquistadas pelo Movimento

de Educação do Campo. De outro lado, na exigência de recomposição dos fundos públicos constitucionais para a educação pública em geral e para a educação do campo nas suas especificidades.

O segundo evento refere-se à reunião ordinária da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior), que ocorria concomitante em Brasília. No bojo de articulação anterior com essa Associação, uma representação do FONEC já vinha tratando da questão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que ocorre em 38 IFES associadas, com objetivo de reafirmar o compromisso por parte delas de não se permitir o estancamento dos cursos já instalados ou em processo de instalação. Nessa reunião, em especial, obteve-se a manifestação do Pleno da ANDIFES, favorável ao encaminhamento de reivindicação de ampliação dos recursos orçamentários para o curso, que foi entregue em mãos ao Senador “relator setorial geral” do orçamento da União/2018 (Setor de Educação do Cultura). Ainda que, por razões evidentes, não se possa nutrir muita esperança de sucesso nesse intento em particular, ou seja, aumento diferenciado do volume de recursos ao desenvolvimento do curso no orçamento da União para os anos vindouros, convém destacar como importante conquista a sensibilização favorável ao curso manifesta por reitores e reitoras durante a plenária.

● *Sobre a leitura da conjuntura política*

A linha de análise de situação seguida foi a da constatação evidente do golpe político de direita, que nós, os brasileiros, estamos sofrendo. Em síntese, é traçado um quadro, já bem conhecido por parte dos mais atentos à vida política da Nação, que mostra que, diante da oportunidade do esgotamento de certo “modelo” econômico e político que se implantava até o final do Governo Dilma, forças conservadoras nacionais, amparadas em interesses econômicos que extrapolam a Nação, reúnem as condições necessárias (mídia, aparato policial e poder judiciário, poder legislativo) para dar e consolidar o golpe. Consolidação que ainda está em curso. Em nossa política “tupiniquim”, o golpe é capitaneado por uma quadrilha que desde há muito (Governo Sarney) está instalada no Poder. Há um pacto de afiançamento da permanência dessa quadrilha, por setores de interesses econômicos dominantes, em troca do destravamento de sua pauta conservadora (privatizações, previdência, trabalhista, antirreforma agrária, legalização do uso de armas, escola sem partido, congelamento orçamentário sem congelar pagamento de juros, autonomia do Banco Central, terra para estrangeiros...).

A perspectiva de futuro traçada nessa análise – de curto, médio e longo prazo – é bastante sombria, seja do ponto de vista político e ideológico, ou seja do ponto de vista econômico, principalmente da destinação dos fundos públicos. A situação exige estado de alerta máximo e muita mobilização popular.

Enfim, nessa mesma boa linha de trabalho analítico, bons textos de análise de situação têm circulado em nossos meios, que podem e devem ser consultados com vistas a embasar nossas práticas, seja no campo da Educação do Campo, seja em qualquer outro campo da luta social.

● *Sobre a análise da conjuntura educacional e Educação do Campo*

Uma questão inicial é formulada: Por que olhar a Educação do Campo, olhando para a conjuntura política e econômica?

Em resposta, é possível dizer que a Educação do Campo já nasceu não olhando só para si. Ver o sentido do que ocorre “lá fora” tem a ver conosco. Mas, não é só porque o “ambiente externo”

nos influencia. A verdade é que a história dos processos educativos se dão fundamentalmente nos espaços de contradição da sociedade.

Alguns pontos para reflexão político filosófico:

•Esse golpe é um golpe deformador:

Deformador da sociedade, destruidor da ética, da esperança.

A educação sempre foi construtora da humanização. Mas, também deve ocupar-se de entender os processos brutais de desumanização (negação de sujeitos e direitos), para poder refazer o caminho trilhado pelos que dominam. Hoje os processos de desumanização ou deformação estão muito mais fortes que o seu inverso.

•O golpe é contra qual sujeito?

No campo da educação, é contra aqueles que vinham se afirmando como educadores: os sujeitos coletivos (movimento por terra; negros; quilombolas; mulheres...). Contra, enfim, aqueles que ousam humanizar-se com autonomia, ou seja, propondo sua própria educação. O MST, por exemplo, tem dito **basta**: basta à educação rural e tudo o que ela representa ou deixa de representar. Agora eles dizem ao MST: **basta** de dizerem basta; ou seja, basta de direitos, de lutas por direitos para e pelos sujeitos do campo.

•O golpe é contra os paradigmas pedagógicos dos movimentos sociais, contra suas matrizes:

a) **Terra e Cultura**: para a Educação do Campo, tendo vindo do MST, “terra é mais do que terra”; isto é, diz respeito a mais do que produzir ou não produzir. E Cultura é mais do que conhecimento: conhecimento dá para recortar, mas a formação humana (cultura) não é possível de recortar. A educação, pois, deve ir para muito além de possibilitar o conhecimento, deve primar pela cultura;

b) **Trabalho**: “Terra para quem nela trabalha”. Tirar a terra é tirar o trabalho, é pois, tirar os princípios educativos chaves, formadores, humanizadores;

c) **Luta**: “Pedagogia do Movimento”. Inibir, criminalizar as lutas, e os sujeitos das lutas é impedir os processos pedagógicos autônomos (formadores, humanizadores).

•O golpe é de classe: os antagonismos de classe estão à flor da pele. O golpe é contra os trabalhadores, negros, índios, mulheres, camponeses, LGBT – golpe de cima para baixo.

•O golpe é de despolitização da Educação: Com o grito de guerra “*Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado*” os sujeitos do campo têm elevado a Educação do Campo à esfera política. Isso está sendo desconstruído, despolitizado. Vide o que ocorre com parte de alguns cursos de licenciatura instalados em IFES, assim como a tentativa de desmontá-los.

•O golpe é contra a escola do campo no campo: para os sujeitos da Educação do Campo “escola é mais do que escola”. A permanência desses espaços sócio antropológicos não convém aos golpistas e a quem eles representam.

•

•O golpe é contra a humanização: primeiro, quando do “terra à vista!”, os nativos não eram humanos; depois, os negros são trazidos como não-humanos, como mercadoria. Se não humanos, não são educáveis, mas escravizáveis. Hoje, os camponeses são os novos não-humanos.

•

Alguns pontos para reflexão político estratégica:

A chave de leitura aqui proposta é nossa conhecida tríade “Campo – Política Pública – Educação”. Na realidade brasileira em foco, cada um desses termos encerra contradições em si e na relação com o demais. O ponto de partida é a constatação óbvia de que estamos vivendo intenso momento de desconstrução da Educação do Campo, assim como de muitas outras políticas públicas de interesse popular.

Uma questão básica a ser respondida: que estratégias o governo golpista tem usado para desmontar as políticas públicas de Educação do Campo?

São 20 anos de ação, por parte dos sujeitos coletivos do campo, sobre o Estado (desde o I ENERA/1997), com importantes direitos conquistados, que agora vêm sendo desconstruídos através de, fundamentalmente:

- Corte orçamentário;
- Desconstrução dos camponeses como sujeitos de direitos: criminalização dos sujeitos e das lutas por direito. Ou, desconstrução do outro: toná-lo não humano “novamente”.

A desterritorialização fica mais fácil após a criminalização dos sujeitos que lutam por direito a território, seja território material ou imaterial. A cultura (educação) é fundamental na formação do imaginário, e isso os golpistas não toleram.

Nem otimismo ingênuo, nem pessimismo desmobilizador:

Em que pese a complexidade do real e a leitura da desvantagem em que nos encontramos, não podemos aceitar a sensação do “terra arrasada”, de que nada mais é possível. É preciso pensar o quanto avançamos em termos de: instalação de espaços institucionais, teoria pedagógica etc. Enfim, são marcas estruturais já impregnadas no seio da sociedade, que não se desmontam simplesmente de um momento para outro.

Tarefas urgentes do Movimento de Educação do Campo:

Materializar em práticas concretas as conquistas já acumuladas em termos teóricos, o que inclui a inserção e ação dos sujeitos formados em “nossa escola”, como o PRONERA e as LEdoC, através de:

- Ocupação de outros territórios, que não apenas os físicos, exemplo: as redes sociais, importa irmos para além de nós mesmos;
- “Educação do Campo – Agroecologia – Segurança Alimentar”: adotar essa compreensão articulada em nosso discurso e nossas estratégias de luta;
- Educação pública: colocar-se nas lutas nacionais em defesa da educação pública; pois, sem esta, não haverá aquela;
- Defesa das Licenciaturas em Educação do Campo: Realizar seminário nacional urgente. Afirmar a ideia de que esses cursos não vão acabar;
- Disputa por fundos públicos: é de nosso interesse imediato e urgente. É luta muito profunda, não apenas pelo significado objetivo da quantia conquistada (ainda que muito pouco), mas pelo significado de se compreender que temos direito a eles – sentimento de sujeitos.

● *Práticas referência de organização do FONEC no âmbito dos estados*

Importa evidenciar, referente a esses cinco estados tomados como demonstrativos, o que pode ser ou que já esteja sendo replicado nos demais.

1. Paraná

Denomina a organização estadual como “Articulação Estadual”, e materializa-se em 11 “articulações regionais” (duas outras deverão ser organizadas), que se compõem a partir das organizações e movimentos sociais locais, incluindo as escolas do campo. É independente do aparelho de Estado. Se num momento anterior o maior suporte eram os movimentos sociais, hoje são as universidades. Realiza uma reunião a cada semestre, na capital (Curitiba), para as tomadas de decisão de maneira colegiada.

Formas de atuação: Seminários estaduais e regionais em alguns municípios.

● Quatro seminários estaduais já foram realizados desde de 2010, resultando como produtos concretos:

- Produção de cartilhas;
- Coleção por uma educação do campo (4 volumes);
- Jornal contra o fechamento das escolas do campo, com destaque para: “*passos para a comunidade evitar o fechamento*” e “*10 motivos para ter escola do campo*”.

●

● Em processo de realização:

- O segundo jornal, com vistas a ressaltar a importância das escolas do campo;
- Intervenção da “Articulação Estadual” nos locais: se uma escola está para ser fechada, chama-se a “Articulação”, que se reúne com os envolvidos e encaminha a resistência.

Ações e estratégias principais que têm caracterizado a “Articulação”:

- Mobilização junto aos municípios para evitar o fechamento das escolas;
- Disque denúncia (a articulação recebe as denúncias do fechamento das escolas);
- Averiguação junto às secretarias municipais das denúncias recebidas;
- Elaboração de nota técnica conjunta;
- Acompanhamento dos editais;
- Elaboração de Cartilha que trata das normas para a Educação do Campo;
- Ação junto às Escolas do Campo;
- Vigilância junto às organizações que deixaram de participar da Articulação, no intuito de trazê-las de volta.

2. Pará

Organiza-se no “Fórum Paraense de Educação do Campo”, que surge a partir das práticas do PRONERA. Compõem o Fórum: Movimentos e organizações sociais, universidades públicas, órgãos públicos (federais, estaduais e municipais). Estão constituídos 08 fóruns regionais. O papel do Fórum é ser um lugar/instrumento agregador, sem o sentido de destaque. Embora participem órgãos públicos é uma organização independente do aparelho de Estado. É propositivo: apresenta referências para formulação de políticas públicas.

O que nos caracteriza e o que queremos:

- Uma aliança contra hegemônica à mercantilização da vida e do trabalho no campo;

- “A construção de um continente sem fronteira” - Abya Yala;
- Construção de um lugar de: Trabalho – Agroecologia – Economia Solidária; Natureza – Trabalho – Cultura.
- Diversidade – interculturalidade crítica;
- Direitos Humanos e Sociais – Bem viver;

O que temos feito:

- Plenárias estaduais, regionais e municipais de Educação do Campo, com a participação dos promotores de justiça, do GT Agrário e do CAO;
- Encontros com povos e comunidades tradicionais;
- Encontros com a juventude, pensando trabalho;
- Criação de um banco de dados sobre a realidade da EdoC (estadual e municipal) no portal da EdoC [http:// www.educampoparaense.com.br](http://www.educampoparaense.com.br) ;
- Criação do “disque denúncia” contra o fechamento das escolas do campo;
- Campanha “Nenhuma Escola a Menos”;
- Articulação com os conselhos municipais (75% tem CME , somente 30% funcionam);
- Promoção das feiras da Agricultura Familiar;
- “Escola da Terra”, com 1.600 professores na primeira edição e com 300 professores na segunda edição;
-

•Nossos desafios:

- As distâncias num estado de dimensões continentais: atualmente temos nos utilizado muito da comunicação eletrônica (wattsapp);
- Os movimentos sociais têm suas pautas específicas e não têm como acompanhar mais de perto as lutas da Educação do Campo. Em compensação, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo têm feito muito a diferença.

3.Espírito Santo

A organização se dá na forma do “Comitê Estadual de Educação do Campo”, que agrega: MPA; Fórum EJA; RACEFFAES; MST; MEPES; FETAES; Movimento Quilombolas; NEJA/UFES; INCRA; CEIER’s; UNCME; UNDIME. O Espírito Santo é o estado berço das Escola-Família Agrícola (EFAs), com as quais teve início a Pedagogia da Alternância no Brasil. Atualmente é marcante no estado a expansão da Pedagogia da Alternância pela via pública; ou seja, escolas da rede pública que funcionam com a Pedagogia da Alternância.

Pauta unificada dos movimentos e organizações sociais que compõem o Comitê, desde e a partir de debate em 2007, com definição de base legal e responsabilidades:

- Não fechamento das escolas e turmas do campo, e reabertura das que foram fechadas;
- Garantia das especificidades das modalidades da Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola;
- Manutenção e expansão da Pedagogia da Alternância nas escolas públicas estaduais e municipais;
- Reconhecimento da Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo;
- Fortalecimento da Gerência de Educação do Campo, Indígena e Quilombola, no âmbito da

Secretaria de Estado da Educação;

- Definição da política pública de EJA Campo.

Outras ações pontuais do Comitê:

- Participação no Fórum Nacional Popular de Educação ES;
- Ações junto ao Ministério Público;
- Curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFES;
- Audiências públicas;
- Eventos de formação de educadores;
- Panfleto informativo contra fechamento das escolas do campo;
- Publicação cultivando os saberes dos povos do campo.

4. Pernambuco

A organização ocorre na forma do Comitê Pernambucano de Educação do Campo (CPEC), que teve origem no seminário estadual organizado pela SECAD/MEC em 2006. Foi institucionalizado em 21/12/2016, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. É composto por 21 instituições/organizações. Caracteriza-se como colegiado de natureza técnica e propositiva. Tem reuniões mensais.

Algumas ações mais recentes:

- Criação do NUPEFEC na UFPE em 2012- pesquisa, ensino e extensão;
- Criação da Gerência de Políticas Públicas Educacionais da Educação do Campo (GEPEC), em 2016;
- Formação dos educadores da EdC;
- EJA Campo anos iniciais ao médio;
- Ação Escola da Terra;
- Audiências com o Governo do Estado;
- Seminário de Educação do Campo, Indígenas e Quilombolas: “O que nos une na diversidade?” (2017).

Ações para 2017-2018 – Planejamento:

- Encaminhar a realização dos seminários regionais com a participação dos coletivos da EdC;
- Realização dos seminários regionais reunindo todos os povos do campo;
- Realização de um seminário estadual de culminância com indicativos de construção da política de EdC e reconstrução das Diretrizes.

Principais desafios enfrentados pelo CPEC:

- Não autonomia financeira do Comitê;
- Falta de uma infraestrutura física própria;
- Dificuldade na articulação com os povos do campo: camponeses, indígenas quilombolas ciganos;
- Ausência frequente de organizações que compõem o Comitê.

5. Maranhão: uma prática de alfabetização

Diferentemente dos casos anteriores, a prática do Estado do Maranhão, que trazemos como referência, cumpre objetivo próprio. Importa demonstrar quão é possível se avançar, de fato, quando se quer, no sentido da elevação da cultura geral dos povos, a começar pela alfabetização. Basta, para isso, que haja vontade política instalada na estrutura do Estado – no caso, estado federado – capaz de ouvir e acolher proposições e ações das organizações e movimentos sociais. Estamos falando da

“JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO”

Com o lema “*Sim, eu posso!*”, são organizados os Círculos de Cultura.

Realizada a 1ª fase, encontra-se em andamento 2ª fase.

Essa experiência bebeu da experiência de Cuba.

A 1ª fase ocorreu em 2015:

Uma brigada foi organizada com a missão de alfabetizar pessoas nos oito (8) municípios mais pobres. A brigada foi constituída de militantes de 10 estados brasileiros. Houve uma preparação inicial dos seus componentes. O projeto político pedagógico foi elaborado pelo MST, e a compra do material necessário, assim como os contratos de pessoal educador foram feitos pelo estado a partir de indicação do MST. A jornada de alfabetização teve início em março de 2016. Cada turma de estudante é composta de 20 pessoas entre ribeirinhos, pescadores e quilombolas. Foram 628 educadores/alfabetizadores e 16 coordenadores municipais. Ao final, 7.119 pessoas foram alfabetizadas, com mais de 70% de aproveitamento. Houve local que chegou a 92% de aproveitamento. Esses resultados dependem das condições que são dadas: energia, transporte, material.

A articulação com igrejas, sindicatos e outros possibilitou atuar no campo e nas cidades. Muitos já mudaram os documentos pessoais, que eram assinados com a digital e passaram a ser assinados por escrito. A primeira fase foi um sucesso total.

Observações gerais:

- Militantes do MST, jovens que participaram da mobilização da Jornada, andaram de casa em casa, convencendo as pessoas a participar. Considerada a natureza das ofertas oficiais anteriores, inclusive o “Brasil Alfabetizado”, a descrença inicial das pessoas é muito grande. Foram dois meses convencendo de que a alfabetização é um ato emancipador e não apenas de assinar o nome;
- Lugares de difícil acesso. Municípios que não conheciam o MST, nem o que era Educação do Campo. Pessoas que sobrevivem com um valor de R\$ 120,00. Lugares que não tinha água, energia, escola, transporte;
- Ao tomarem conhecimento do MST as pessoas participantes passam a ter uma visão nova sobre o Movimento. Na articulação e luta foi se criando uma relação de confiança. E estão conseguindo mudar a realidade.

A 2ª fase se inicia:

Elevou-se a meta para mais 20 mil pessoas a serem alfabetizadas. Mês passado (agosto/17), já havia 18 mil relacionadas. Houve dúvida da parte do Governo do Estado do Maranhão de que se conseguiria alcançar tal perspectiva. O MST pediu ao Governo que comprasse o material, e deixasse a mobilização por sua conta. *Alea jacta est.*

● ***Panorama geral da organização do FONEC nos estados***

A exemplo das referências anteriores, a representação de cada estado e DF relatou em grupos de trabalho, formados de acordo com as regiões do país, suas práticas e formas organizativas. Esses relatos todos, levados à plenária, formou um quadro geral de informações acerca da intensidade e capilaridade do FONEC ao largo do território brasileiro. Em estado bruto, essas informações encontram-se junto à Coordenação do FONEC.

● ***Encaminhamentos finais e compromissos firmados coletivamente***

Dada a constatação evidente de que os tempos vindouros serão, politicamente, muito difíceis para as lutas populares em geral e para a Educação do Campo em particular, o entendimento e o compromisso firmado no coletivo é o da intensificação das ações contra hegemônicas. Ações de resistência e pró - ativas, em cada um de todos os estados, e ou por região, e ações nacionais.

Ano que vem (2.018), simbolicamente, estaremos celebrando 20 anos de Movimento de Educação do Campo. Afinal, serão 20 anos desde a realização da “Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo” (1.998), que elegemos como o início simbólico da luta por políticas públicas de Educação do Campo. Ao mesmo tempo, estaremos celebrando 20 anos de existência (e resistência) do PRONERA que é, talvez, a maior de todas as conquistas desse Movimento.

Indicativos de ações a serem realizadas em todos os estados:

- Seminário estadual de EdoC;
- Seminários Regionais de EdoC – será o caso, p.e., da Região Sul;
- Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária;
- Audiência Pública na Assembleia Legislativa (temas específicos para cada estado);
- Luta pela inserção dos cursos de licenciaturas do Campo nos concursos públicos;
- Outras ações, de acordo com as condições de cada estado.

Obs.: Em cada estado deverão ocorrer essas ações ou, pelo menos, algumas delas.

O indicativo é que as ações, nos estados, sejam realizadas na segunda quinzena de março de 2018, como uma *Jornada de Lutas da Educação do Campo*.

E cada ação realizada deve ser reportada à Coordenação Nacional do FONEC, com vistas à divulgação.

Evento Nacional, a cargo da Coordenação do FONEC:

Um grande “Seminário” ou “Encontro” Nacional será realizado em comemoração dos 20 anos da Educação do Campo. Período: maio a junho – antes das restrições legais do processo eleitoral. Com duração de 4 dias, com vigília, marcha e tudo o que possa chamar a atenção da mídia.